

## UNIVERSIDADE, GREVE E LUTA POLÍTICA

Daniel Garcia

*Nos últimos nove anos, a USP esteve em greve em quatro ocasiões: em 88, em 91, em 94 e em 96. A questão mais freqüente em toda campanha salarial está relacionada à conveniência de se fazer a paralisação. O professor do Instituto de Matemática e ex-presidente da Adusp, Francisco Miraglia, analisa, neste artigo, a questão da greve como instrumento de luta em defesa da Universidade e das condições de vida e trabalho de professores e funcionários. Ele analisa, ainda, a greve no setor público. Segundo ele, está claro que o movimento paredista neste setor pode ter um papel importante em um país como o Brasil. “O essencial é travar a luta política, pois são decisões políticas que determinam salários aviltantes e destruição dos serviços públicos essenciais”, afirma Francisco Miraglia. Para ele, lutando contra salários aviltantes, contra a destruição de serviços essenciais à população, contra a sonegação de impostos e a falta de democracia nas relações entre Estado e Sociedade, representamos um importante pólo de luta.*



Iremos discutir aqui a questão da greve como instrumento de luta em defesa da Universidade e das condições de vida e trabalho de professores e funcionários. A greve de professores e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, realizada no primeiro semestre deste ano, foi mais uma oportunidade para que fossem reiteradas tanto dúvidas sobre a adequação desta forma de luta quanto a necessidade de busca de outras formas de luta. Tornou-se mais freqüente a opinião de que a greve é ineficiente, sempre derrotada e que, no fundo, só prejudica o corpo da Universidade. Penso justamente o contrário: a greve é o instrumento mais eficiente de luta coletiva. Por isto mesmo, há razões fortes para considerar que a maioria delas foi vitoriosa, trazendo benefícios de muitas ordens para o corpo da Universidade.

Há anos atrás era freqüente ouvirmos a argumentação de que a greve no setor público era essencialmente ineficiente pois não acarretava perdas econômicas ao patrão ou dono. É interessante que este tipo de argumentação desapareceu do cenário político do movimento de servidores públicos. Para mim continua tendo certa importância, porque foi procurando saber se o argumento era ou não válido que pude entender o papel da greve no setor público. A primeira constatação é de que o argumento reduz o poder de pressão de qualquer categoria ao prejuízo monetário que pode causar ao seu opositor. E a pressão e o prejuízo político, não devem ser levados em conta? Não faz parte das nossas tarefas a defesa dos serviços públicos e do exercício pleno da cidadania?

A greve no setor público significa a substituição de tarefas, com os servidores passando a assumir, com decisão e prioritariamente, a defesa dos serviços públicos essenciais como saúde, educação e justiça. Esta defesa se constrói através de atos políticos de grande escala e da denúncia do descaso dos dirigentes dos organismos do Estado para com os interesses maiores da população. Lutando contra salários aviltantes, contra a destruição dos serviços públicos, contra a sonegação de impostos e a falta de democracia nas relações entre o Estado e a sociedade, representamos um polo de luta organizada e socialmente significativa, contra a política de privatização dos ganhos e socialização das perdas, que continua a caracterizar o modo como o poder ins-

titucional e a classe dominante tratam as questões sociais no Brasil. Está claro, portanto, que a greve no setor público pode ter um papel importante em um país como o nosso. Está claro também que de nada adianta apenas parar de fazer o nosso trabalho cotidiano. O essencial é travar a luta política, pois são decisões políticas que determinam salários aviltantes e a destruição dos serviços públicos essenciais. Quando detratores do movimento, tanto no governo quanto na mídia, usam o tom de acusação para dizer que a greve “é política”, agem para tentar desqualificar justamente o que o movimento tem de mais significativo e poderoso.

Os arautos do fim da história e da luta popular devem estar surpresos com os movimentos de greve que despontam em toda a Europa ocidental. Estes movimentos lutam contra o sucateamento dos serviços públicos, a desregulamentação das relações de trabalho e a desobrigação do Estado com educação, saúde, justiça, infra-estrutura e garantias individuais contra o desemprego. A enorme greve dos servidores públicos franceses no final de 95 — com enorme apoio popular — mostra bem os caminhos que são necessários trilhar na defesa de alguma democracia social.

Poder-se-ia concordar com a pauta de luta expressa acima e ao mesmo tempo perguntar se só a greve cumpriria estes objetivos. Poder-se-ia responder com a história das nossas lutas desde 1979: sem greve nunca conseguimos nada. A conquista da autonomia em 1989, o reajuste mensal de salários, o aumento progressivo da dotação das universidades estaduais de 8,4% para 9,57% do ICMS líquido de São Paulo são alguns exemplos de vitórias importantes.

Esta resposta não é inteiramente satisfatória, pois, se devemos ter sempre presente as lições da história, devemos também ter a perspectiva de pensar prospectivamente o futuro. Poderia, em princípio, existir alternativa de luta que não passasse pela greve, sendo capaz de exercer pressão de forma mais constante sobre o poder institucional. Na realidade, existem obstruções estruturais à alternativas. Senão vejamos.

O Brasil se caracteriza pela ausência de instrumentos de influência continuada sobre qualquer estamento do poder institucional. Ou seja, não há democracia social no Brasil. Paralelamente, desenvolveram-se em todas as esferas sociais dois modelos de

procedimento, um para o exercício do poder e o outro, mais recente, para pautar a conduta individual.

O modelo para o exercício do poder é uma forma tipicamente autoritária e tecnocrática de exercer a hegemonia social. Só empresários bem-sucedidos e seus representantes políticos sabem, fruto de uma “escolha pelo destino”, o que é bom para todos. Aos anseios de mais democracia, responde-se com o mesmo discurso feito pela velha nobreza fundiária às vésperas das revoluções, especialmente a francesa, que conduziram a burguesia ao poder na sociedade: o que será de nós se a massa ignara puder opinar? Como para os antigos donos do poder, nós, os meros mortais, devemos permanecer fora da discussão de políticas e metas, sendo considerados apenas como mão-de-obra em potencial e jamais como cidadãos de pleno direito.

Este modelo recomenda ainda que toda base da pirâmide de poder seja submetida à humilhação constante. A população brasileira é humilhada cotidianamente, por falta de comida, educação, saúde, transporte, emprego e dos direitos sociais mais elementares. Todos sabemos qual é a atitude de governos em relação aos servidores públicos. Na Universidade não é diferente. Em vez de prestigiar seus docentes e funcionários, assistimos a processos de avaliação originários de uma concepção produtivista do trabalho intelectual, que dá pouco ou nenhum valor ao ensino e à extensão de serviços à comunidade. Ninguém esqueceu a famigerada “lista de improdutivos”, ataque vil ao corpo docente da USP, perpetrado por Goldemberg e Cia. O objetivo desta tática é óbvio: desqualificar toda oposição, desestruturar a capacidade de reação de quem não exerce o poder. A sensação de impotência que sobrevém a muitos de nós é uma consequência desta articulação de procedimentos agressivos e totalitários.

O novo mito de procedimento pessoal é um individualismo exacerbado, que nega valor a qualquer forma de articulação social que não seja com aqueles considerados da mesma “tribo”. Esta forma de individualismo está estreitamente associada a duas concepções, que são instrumentos da alienação, da dominação e da exploração do trabalho. A primeira é que só o mercado tem significado social e histórico, não a luta pela garantia de vida digna para todos.

Transforma-se “o outro” em “o concorrente”. Não há responsabilidade social pela dignidade humana, apenas a incompetência ou inadequação do “outro” a “novas formas produtivas”. A segunda é a desqualificação da noção de solidariedade, instrumento histórico de construção da liberdade social, que é necessariamente coletiva. Pretende-se, isto sim, garantir a liberdade de alguns à custa de todos.

Na presença desta forma de individualismo e da conseqüente falta de organização coletiva permanente, o padrão imperial, autoritário e arrogante de exercício de poder que vemos em todos os níveis dobra-se só momentaneamente ao que foi ganho em árdua luta por sindicatos e organizações populares. Um exemplo contundente é a Constituição de 1988. Os mais de 100 artigos que envolvem direitos sociais jamais foram regulamentados, significando, na prática, a sua cassação. Arquitetava-se o momento propício para rasgar a Carta de 88, para desmontar o projeto de construção de cidadania para todos que poderia ser disparado pela regulamentação da Constituição de 1988.



*Passeata de professores e funcionários das três estaduais*

### Está pior que no tempo do PFL explícito!

Na realidade a truculência dos governos federal e estaduais aumentou consideravelmente com o tempo. Temos hoje perseguição de funcionários, desrespeito ao direito legítimo de greve e ameaças de todo tipo. Basta lembrar o tratamento dispensado pelo governo FHC à greve dos petroleiros, aos trabalhadores sem-terra e à greve dos servidores federais. A indisposição para a negociação e o diálogo aumentaram muito. O tratamento típico é o que foi dispensado a professores e funcionários das universidades federais, indignados com a proposta de reajuste zero (!) na data-base: des-caso, agressão e cassação de direitos. Bem pior do que a triste memória que tínhamos do tempo de Marco Maciel como ministro da Educação e Everardo Maciel como secretário do Ensino Superior. Há coisas no entanto que permanecem as mesmas: o carinho no trato de banqueiros e da frente ruralista; o descaso com a saúde, a educação e a justiça; a conivência com a sonegação e a evasão fiscal. Continua também a promoção

Daniel Garcia



paulistas na Unicamp, durante a campanha salarial de 96.

da desinformação: os servidores públicos e os aposentados são os responsáveis pelas mazelas do país e não a ditadura e o PFL; o dinheiro dado aos bancos, via Proer, é dos próprios bancos, quando na realidade é dinheiro de depósito da população, guardado no Banco Central para segurar a taxa de juros.

### Será que na Universidade é diferente?

Se há diferença entre o padrão de exercício de poder na sociedade e na Universidade, é para pior. O reitor da USP, por exemplo, age como imperador, faltando a compromissos assumidos publicamente e descumprindo deliberações do seu Conselho Universitário. Registre-se que o Estatuto da USP não prevê a figura do *impeachment*. O reitor da Unicamp patrocina a perseguição e a punição de funcionários, desrespeitando o direito de greve.

Os reitores das universidades estaduais recusam-se a publicar balancetes mensais de receitas e despesas no *Diário Oficial do Estado*, regra mínima de transparência na gestão de entidades públicas. Por iniciativa das entidades representativas de docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, em diversos anos foi apresentada emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no sentido de obrigá-los a esta providência elementar. Nunca uma destas emendas foi aprovada pela Assembléia Legislativa.

Está claro para quem vive o cotidiano da Universidade quanto o individualismo de mercado é incentivado pelas administrações centrais. A luta estratégica em defesa do patrimônio que é a Universidade pública fica sem importância, é tachada de ineficaz. Torna-se chique privatizar o patrimônio público. Estabelece-se a urgência de, utilizando o prestígio social que esta instituição ainda confere, apropriar o maior pedaço possível do Produto Interno Bruto brasileiro para a respectiva “tribo”.

Assim, enfrentamos nas universidades estaduais os mesmos inimigos da democracia e das políticas públicas que na sociedade em geral. Enfrentamos a mesma conjuntura adversa à ação coletiva em defesa de condições dignas de vida e trabalho. Temos as mesmas dificuldades para conseguir manter nossas conquistas. Portanto, a análise geral feita acima é adequada para

dar conta dos instrumentos de luta que temos à nossa disposição na Universidade. Um exemplo concreto poderá ilustrar o caso geral.

### Uma análise da greve de 94

Já presenciei muitas avaliações negativas da greve das universidades estaduais de 1994. Em particular são comuns declarações no sentido de que não ganhamos nada de concreto com aquele movimento. Lembrando que aquela foi uma campanha de data-base, seria importante entender por que esta é a impressão de muitos, já que uma análise fria dos fatos mostra ganhos claros, tanto políticos quanto salariais.

Em meio àquela campanha foi realizado debate na *Folha de S. Paulo*, entre o Fórum das Seis e as reitorias. Os reitores, embora no auditório, foram representados por membros da administração universitária, considerados por eles como técnicos em assunto de ICMS e salários. Só aí já se caracteriza a tentativa de tratar uma questão política como se fosse técnica. Além disso, os reitores tentavam preservar a sua imagem pública: sabem que não podem discutir estes assuntos em pé de igualdade com as entidades representativas. Assim, se alguma bobagem aparecer do lado das reitorias, podem sempre responsabilizar os seus representantes. O debate caracterizou-se pela insistência das entidades de que as reitorias não podiam aceitar estimativas grosseiramente erradas da Secretaria da Fazenda para a evolução do ICMS, comprometendo o funcionamento das Universidades e os salários de professores e funcionários. As entidades declararam publicamente qual sua estimativa para o mês de junho/94, cerca de 25% maior que a defendida pelas reitorias. Os fatos comprovaram que estávamos certos. A diferença foi paga a todos os professores e funcionários da USP, Unesp e Unicamp no mês de julho/94, como abono de 18% sobre o salário de junho do mesmo ano.

Os reitores aprenderam com a experiência: durante um ano não houve reunião do Cruesp

com o Fórum das Seis. Jamais responderam a insistentes pedidos de reunião, nem à proposta do Fórum para resolver o impasse sobre a maneira de calcular o salário real na passagem para o real (lembrem-se da polêmica sobre 6,95% ou 30,75% em junho/94?).

Paralelamente, professores e funcionários tiveram, no período de maio/94 até maio/95, particularmente a partir novembro/94, o maior salário real dos últimos tempos. Além disso, mesmo depois do Plano Real, continuávamos com reajustes freqüentes, muito embora não fossem mais mensais como antes. A tabela abaixo fornece exemplos de reajustes e salário real de um professor doutor (MS3) neste período, medido pelo ICV-Dieese.

Para manter este ganho e não perder a possibilidade de reajustes periódicos, o Fórum das Seis convocou docentes e funcionários para a campanha de data-base de maio/95, ponderando que a falta de mobilização iria permitir aos reitores voltar atrás na política de reajustes periódicos e promover o arrocho salarial. Não houve mobilização massiva e todos sabemos o que aconteceu: um ano sem reajuste e a proposta irrisória de 7,63% em maio/96. No rastro da nossa desmobilização, os reitores cancelaram, sem satisfações e de forma arbitrária, o reajuste mensal conquistado em 88. Em dezembro/94, as reitorias foram tão longe quanto mudar o método de confecção das planilhas sobre as quais discutíamos, passando a utilizar o critério de “fluxo de caixa”, no lugar do de “regime de competência”, que eram usuais. Com este truque, sumiram da receita de 94 cerca de 13 milhões de reais, correspondentes a dinheiro que deveria ser pago em 94, mas que as universidades receberam

<b>Reajustes de salário de um MS3</b>		
Maio/94=100		
<b>Mês</b>	<b>Reajuste (%)</b>	<b>Salário Real</b>
<b>Setembro/94</b>	<b>9,04</b>	<b>95,64</b>
<b>Outubro/94</b>	<b>5,00</b>	<b>97,24</b>
<b>Novembro/94</b>	<b>14,58</b>	<b>108,50</b>
<b>Fevereiro/95</b>	<b>3,50</b>	<b>101,92</b>
<b>Março/95</b>	<b>10,86</b>	<b>107,84</b>
<b>Mai/95</b>	<b>10,00</b>	<b>109,17</b>



*Após passeata, manifestantes ocupam o Monumento às Bandeiras, no Ibirapuera, em defesa da escola pública.*

em janeiro/95. Só assim, ou seja, mudando as regras no meio do jogo, o Cruesp conseguiu “mostrar” que tinha gasto 85% da sua receita fiscal acumulada com salários em 94. Na realidade foi menos, e estavam nos devendo, por compromisso público veiculado inclusive em jornais de grande circulação, cerca de 14% de reajuste salarial em dezembro/94. O Fórum das Seis insistiu, cobrou, mandou ofício. Sem mobilização de massa, os reitores se permitiram ouvidos de mercador e faltaram com palavra empenhada publicamente.

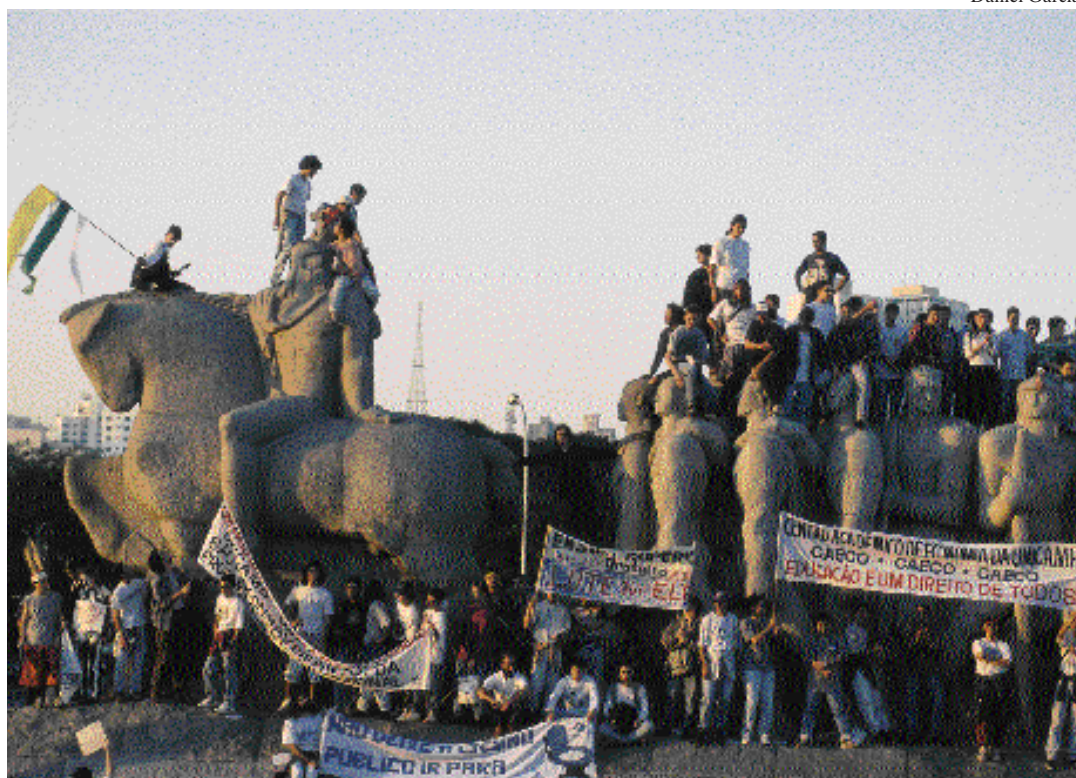
### **A luta pela democracia é essencial!**

Fica evidente que não podemos continuar com dirigentes que são, na melhor das hipóteses, representantes do governo na Universidade. É imperioso que os diri-

gentes universitários tenham compromisso com a defesa das condições de vida e trabalho do corpo da Universidade. Não é mais possível a continuidade desta atitude imperial, que desrespeita a todos e a ninguém deve satisfação. É necessário democratizar o exercício do poder na Universidade, para evitar aberrações como as que temos assistido nos últimos anos. Pelo menos acordos e palavra públicos precisam ser respeitados. As entidades vêm há muito lutando pela democratização da estrutura de poder na Universidade. Nunca esta luta foi tão atual. Na USP o problema é particularmente grave, já que seu Estatuto é consideravelmente mais autoritário e retrógrado que o das outras estaduais. Sem democracia, a autonomia da Universidade é simplesmente a autonomia da administração de plantão de fazer o que bem entende. Não lutamos anos a fio para que oligar-



quias controlem a Universidade pública ao seu bel-prazer, nem vamos sustentar este tipo de autoritarismo e irresponsabilidade. Na campanha de data-base de 96 tivemos que assistir a mais um episódio de falta com a palavra do Cruesp. Durante toda a greve diziam que conversariam após a votação da LDO na Assembléia Legislativa, propondo o dia 10 de julho/96 como data adequada para



a negociação salarial. O Fórum dirigiu-se à sede do Cruesp, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, no dia e hora combinados. Não havia lá reitor algum, apenas o segundo escalão da administração das três universidades, sem proposta alguma, sem nenhuma autoridade para negociação salarial. Seria ótimo se cada docente e funcionário da USP, Unesp e Unicamp considerasse estas atitudes como uma afronta!

Numa sociedade como a nossa é essencial valorizar os espaços públicos de discussão e deliberação política. Sempre considerei a atividade sindical central em meus afazeres, pois era um dos poucos — senão o único — espaços democráticos de debate das questões gerais e específicas da Universidade. Nunca considerei a ação institucional como superior àquela construída fora do aparelho burocrático, pois a arquitetura do sistema institucional brasileiro tem as características autoritárias analisadas acima. Ao priorizar o institucional sobre a ação do movimento social organizado, estaria cometendo o equívoco de castrar a minha contribuição para onde está, de fato, a energia transformadora na nossa sociedade. É inegável que seria importante termos capacidade e organização para sustentar pressão permanente sobre o poder institucional. A participação ativa na vida política e sindical seria um

passo importante nesta direção. Se, por exemplo, tivéssemos assembleias gerais massivas com regularidade, poderíamos evitar que nos fossem tomados salário e condições dignas de trabalho, ganhos na luta de docentes e funcionários. Um pouco de envolvimento de cada um no trabalho político cotidiano pode significar muito para evitar que direitos sejam perdidos e para garantir que prospere a construção da democracia social no Brasil. Além disso, se travássemos a luta de forma organizada e constante no tempo, talvez não tivéssemos que recorrer a greves tão longas, quando não fosse necessário. Embora reconhecendo a importância de criar mecanismos estáveis de pressão e reivindicação, é forçoso reconhecer também que a nossa atmosfera social dificulta enormemente a construção destes instrumentos. Mesmo com estas dificuldades, não podemos jamais desistir de aumentar a nossa capacidade instalada de mobilização, de trabalhar para vê-la crescer. Enquanto esta capacidade não se torna fato político, a greve, fruto de indignação socialmente legítima, permanece o único instrumento efetivo de luta coletiva, tanto em defesa das nossas condições de vida e trabalho quanto dos serviços públicos essenciais, sem os quais não há possibilidade de exercício da cidadania para a maioria dos brasileiros. RA